

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Temer ainda terá de trocar 13 ministros em até 3 meses..... 15

Valor Econômico

Título: Curtas 20

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Privatização da Eletrobras não pode ser barganhada	3
Título: Gasolina sobe 12,93% no Rio em 2017	4
Título: Ação da Petrobras demora a se recuperar	4
Título: Governo vai reduzir IPI de carros elétricos	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: O fiasco da privatização de Temer	7
Título: Em 2017, preço do gás de cozinha teve maior alta em 15 anos.....	8
Título: Acordo da Petrobras beneficia mais de 1 milhão de aposentados	10
Título: Petrobras luta nos EUA para não virar 'empresa criminosa'	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: O acordo da Petrobrás	14
Título: Temer ainda terá de trocar 13 ministros em até 3 meses.....	15
Título: MDB e setor privado disputam diretoria da Aneel	16
Título: Infraestrutura amplia pedidos ao BNDES	17
Título: Notas	18
Título: Raízen deve fechar compra de ativos da Shell na Argentina	18
VEÍCULO: Valor Econômico	20

Título: Curtas	20
Título: Preço ao produtor avança, puxado por refino e químicos	21
Título: Consumo de combustível cresce 0,6% até novembro	22
Título: EUA vão abrir águas para exploração de petróleo	23
Título: Petrobras resolve problema nos EUA e cria outro no Brasil.....	24
Título: Exemplos que vem de fora no combate à corrupção	26
Título: Energisa tem interesse em distribuidora da Eletrobras	29
Título: Denham concentra foco no país no setor elétrico	31
Título: Ale, BR, Ipiranga e Raízen são acusadas de cartel	32
Título: Curtas	34
Título: Bateria para veículo elétrico puxa preços do cobalto	35
Título: Mini também entra na onda dos eletrificados	37
Título: Usinas devem priorizar etanol na próxima safra	37
Título: Parcelamento vale para todo setor de óleo e gás	39

VEÍCULO: O Globo**Seção: Editorial****Autor:****Título: Privatização da Eletrobras não pode ser barganhada**

A mistura de hecatombe fiscal e crise política tem sido pródiga em revelar ou a dar mais contraste a tipos de resistência de grupos organizados contra ajustes necessários para reequilibrar as contas públicas e desobstruir os espaços, a fim de a economia voltar a crescer de forma equilibrada. Fica evidente a resistência de castas do funcionalismo público à equalização das regras de aposentadoria na sociedade brasileira — não só em nome da questão fiscal, mas também da tão falada e pouco praticada justiça social —, bem como se torna cada vez mais claro que a privatização não interessa a políticos, devido a motivos nada republicanos. À medida que se aproxima a venda do controle do sistema Eletrobras, armam-se barricadas no Congresso contra a privatização de subsidiárias como Furnas e Chesf.

Não por acaso, parlamentares e políticos mineiros em geral tentam manter Furnas sob controle estatal, enquanto nordestinos fazem o mesmo com a Chesf, e assim por diante. E não é pelo fato de estarem sinceramente preocupados com o futuro do setor elétrico. Se estivessem, não resistiriam à privatização, única forma de se dar condições ao setor de realizar os pesados e extensos investimentos que a geração de energia requer. Poderiam discutir modelos de passagem da holding do setor elétrico ao controle privado, mas não se opor pura e simplesmente à operação, sem dar qualquer alternativa viável de financiamento do setor, sem envolver o Tesouro, que está e continuará por algum tempo — a depender da reforma da Previdência — em situação fiscal frágil.

Não interessa a políticos de praticamente todos os partidos a privatização de estatais, porque — como ensinou a Lava-Jato — elas são usadas de várias maneiras, todas espúrias. Seja para empregar apaniguados, mas também, e principalmente, gerar comissões em negócios para financiar campanhas e, é certo, também visando ao enriquecimento pessoal. É assim que o tucano Aécio Neves tem lugar de destaque na bancada mineira antiprivatização de Furnas, mesmo que seu partido ostente no programa a defesa da desestatização. Aplicada nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Os mesmos motivos movem os nordestinos na resistência à venda da Chesf. É simples: sem a Petrobras não haveria o petrolão lulopetista, com os aliados MDB e PP. O ex-deputado Roberto Jefferson, pai da nova ministra do Trabalho,

Cristiane Brasil, conhecedor desses subterrâneos, com a experiência de ex-presidiário do mensalão, diz que ter alguém numa estatal significa construir acessos a empresários que poderão financiar campanhas. O resto, sabe-se. O governo Temer não pode é se curvar a mais esta pressão e colocar na mesa de barganhas um projeto estratégico como este. Tem cedido muito, não pode mais recuar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Marina Brandão

Título: Gasolina sobe 12,93% no Rio em 2017

O preço médio da gasolina no país subiu 9,4% em 2017, deixando a faixa dos R\$ 3,70 para superar os R\$ 4, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). No Rio de Janeiro, o aumento no período foi de 12,93%, o que levou o estado ao quinto lugar no ranking, puxado principalmente por Volta Redonda e Valença. Com uma média de R\$ 4,49 o litro, o preço da gasolina é o segundo mais alto do país. O Rio fica atrás apenas do Acre, onde a gasolina é mais cara devido ao frete, com uma cotação média de R\$ 5,20. Desde julho do ano passado, a Petrobras adotou uma nova política de ajuste de preços para acompanhar a variação do petróleo no mercado internacional.

Ao longo do ano, foram feitos mais de cem ajustes de preços. O governo federal anunciou, em julho, um aumento das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis. Com a medida, mais da metade do valor pago pelo litro da gasolina no Estado do Rio passou a ser de impostos. Em nota, a Petrobras diz que a frequência de reajustes permite à companhia “competir de maneira mais ágil e eficiente com importadores” e que apenas 29% do preço da gasolina pago pelo consumidor final correspondem à sua parcela. O gás de botijão encerrou o ano com alta de 19,6% em termos nominais, a R\$ 66,53. É a maior alta desde 2015. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Ação da Petrobras demora a se recuperar

Mesmo após acordo, analistas avaliam que estatal levará 2 anos para voltar ao valor de mercado pré-Lava-Jato.

Apesar de ter feito acordo para pagar US\$ 2,95 bilhões (ou R\$ 9,5 bilhões) a investidores estrangeiros, o que pode encerrar uma de suas maiores disputas

judiciais, a Petrobras deve levar dois anos para recuperar todo o seu valor de mercado desde que foi abalada pelos casos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, em 2014. Entre altos e baixos, a estatal viu seu tamanho na Bolsa de Valores de São Paulo encolher de R\$ 310,920 bilhões, em dois de setembro de 2014, para R\$ 226,9 bilhões ontem. A queda de cerca de 27% nesses últimos anos representa uma redução de aproximadamente R\$ 84 bilhões. Ontem, no dia seguinte ao acordo proposto pela Petrobras à Justiça dos Estados Unidos, as ações preferencias (PN, sem direito a voto) da companhia, as mais líquidas, fecharam em alta de apenas 0,17%, para R\$ 16,73. Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) subiram 0,85%, para R\$ 17,70.

Apesar da alta, a cotação ainda está distante dos R\$ 24,56, registrados em setembro de 2014, pouco antes de a companhia entrar em crise. — A Petrobras vem apresentando melhora desde que Pedro Parente assumiu a companhia, em junho de 2016. No ano passado, a companhia avançou menos que o mercado em geral, o que indica potencial de valorização. Estamos prevendo a ação da companhia a R\$ 19 na média de 2018. Hoje, a ação está pouco menos de R\$ 17. Em 24 meses é possível a companhia recuperar o patamar de antes da Lava-Jato. Mas isso vai depender de outras variáveis, como o risco político da eleição neste ano, e quem assumir a Petrobras no lugar de Parente — disse Rafael Passos, analista da Guide Investimentos. Embora ainda esteja longe do nível pré-crise, a estatal já se recuperou de um dos piores momentos de sua história. Em janeiro de 2016, na esteira da queda no preço do petróleo e do aumento das denúncias de corrupção, o mercado previa que seria necessário fazer uma capitalização na empresa.

Com o receio dos investidores, os papéis da empresa chegaram a R\$ 4,20 e um valor de mercado de R\$ 67,8 bilhões, o menor patamar desde 2003. — O movimento das ações da Petrobras é positivo, com as iniciativas na gestão da companhia, venda de ativos não estratégicos e renegociação de dívidas tributárias, mas é difícil prever o quanto os papéis podem subir, pois isso depende de fatores como a eleição e o risco de rebaixamento do país — afirma Carlos Soares, analista da Magliano Investimentos. A agência de classificação de risco Fitch avalia que o acordo feito pela Petrobras não terá efeito para o caixa da companhia. A Fitch, no entanto, observa que a empresa continua sendo investigada pela SEC, o órgão regulador do mercado americano, e pelo Departamento de Justiça dos EUA, o que poderia resultar em multas.

Opinião | SOLIDARIEDADE

A INDENIZAÇÃO de US\$ 2,95 bilhões que a Petrobras se compromete a pagar para suspender uma ação coletiva instaurada nos Estados Unidos contra a empresa, devido ao esquema de corrupção que se apossou da estatal no lulopetismo, é parte da conta paga pelos acionistas.

POR IRONIA, entre eles estão fundos de pensão de assalariados e milhões de trabalhadores que usaram seu FGTS para investir em ações da empresa. Os petistas que participaram do esquema, Lula entre eles, não demonstraram qualquer solidariedade de classe com os atingidos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriela Valente

Título: Governo vai reduzir IPI de carros elétricos

Com a medida, importados devem duplicar em 4 anos.

Sem conseguir aprovar a política automotiva, o ministro demissionário da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira, será responsável por um último ato antes de deixar o cargo: corte de impostos para carros híbridos e elétricos. Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, uma medida provisória (MP) diminuirá o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 25% para 7% para esses veículos. Não haverá impacto fiscal num primeiro momento, mas a mudança incentivará que a quantidade de automóveis importados duplique em quatro anos. A avaliação do governo é que as grandes montadoras já instaladas no Brasil trarão os veículos elétricos e híbridos que fabricam em outros países. O argumento é que o mercado brasileiro ainda é muito grande, capaz de absorver a maior presença dos importados.

Além disso, o fim do programa do governo anterior (Inovar Auto), de benefícios para produtos nacionais e condenado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), também deve ajudar a fazer com que o percentual de importados aumente de 10% para 20% até 2022, na avaliação de integrantes do governo. — Não acredito que possa ter uma enxurrada de importados, mas as montadoras vão fazer conta e ver se vale a pena importar — disse um técnico. No ano passado, foram emplacados apenas 1.872 carros elétricos no país. Como o número é baixo, a queda da alíquota do imposto não refletirá na arrecadação do governo. Esse foi o único ponto da política automotiva que não está travado pela disputa interna entre Fazenda e Ministério da Indústria. Por isso, o presidente Michel Temer autorizou que a MP fosse editada.

NOVA POLÍTICA DE INCENTIVOS

No entanto, o restante da nova política do setor está parado e deve permanecer assim até o presidente tomar uma decisão, em fevereiro. O grande impasse é como conceder incentivos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Poucos dias antes do Natal, as equipes da Fazenda e do MDIC levaram ao presidente o desenho dessa nova política, batizada de Rota 2030. As diretrizes

de ter incentivos limitados e não repetir os mesmos erros que causaram a condenação na OMC (discriminação de conteúdo importado e exigência de conteúdo local) foram cumpridas.

Os ministérios concordaram em relação às metas de aumento de eficiência energética e também sobre as exigências para elevar a segurança dos automóveis. Acordaram até beneficiar as empresas que cumprirem os compromissos com uma redução de até dois pontos percentuais na alíquota do IPI. Uma fonte disse que chegou-se a um consenso de 90% dentro do governo, mas a negociação travou na questão dos incentivos dados para que a indústria invista em inovação. Os dois ministérios concordam em abater investimento em desenvolvimento de motores híbridos, elétricos e de propulsão no Imposto de Renda e na Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). A divergência aparece no caso das montadoras em prejuízo. A Fazenda não aceita que o abatimento seja feito em outro imposto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Vinícius Torres

Título: O fiasco da privatização de Temer

O governo diz que o plano de vender a Eletrobras é o fim da linha de novidade em privatizações. Mas mesmo vender o mamute elétrico é uma ambição enorme para quem tem dificuldades de leiloar uma Raspadinha (a Lotex, da Caixa). Alguém se lembra da privatização da Casa da Moeda, prevista para o fim de 2018? Já atrasa.

Há mais retardamentos. Afora linhas de transmissão de eletricidade e alguns aeroportos, e olhe lá, não haverá obras de infraestrutura em novas concessões à iniciativa privada, pois mal haverá concessões.

Em agosto de 2017, o governo lançava o "maior plano de privatizações e concessões em duas décadas", um programa que também requeitava projetos antigos, alguns do próprio Temer, de 2016.

A privatização da Lotex, que deveria ter saído no ano passado, encrencia devido a uma disputa com governos estaduais e suas raspadinhas. Por mumunha política no governismo, encrencou a venda da participação da Infraero em quatro aeroportos grandes (Guarulhos, Galeão, Brasília, Confins). Por falar nisso, nem se sabe o que fazer da Infraero.

A privatização de 14 outros aeroportos, Recife inclusive, foi amputada, excluiu Congonhas. A venda dos outros 13 está em "estudos e projetos" e prevista para

o quarto trimestre de 2018. Quem entende do assunto no governo diz que não vai dar.

Em tese, deve andar um projeto enorme, novo e importante, a Ferrogrão, ferrovia que levaria a safra de Mato Grosso ao Pará, onde a carga seria distribuída para portos do Norte. Está em audiência pública. Se der tudo muito certo, será licitada na segunda metade do ano.

A encantada e corrupta Norte-Sul, trecho entre São Paulo e Tocantins, também está em audiência, com licitação prevista para meados do ano. Mas há rolos regulatórios, a incompetência habitual nas obras estatais etc. A Fiol, que ligaria a Norte-Sul com o litoral da Bahia, fica para as calendas.

Deve sair a venda de terminais portuários em Paranaguá e Belém, entre outros menores, no Norte, menos da metade do planejado. Nas rodovias, deve sair apenas a concessão de obras prontas, apenas parte menor delas (trechos gaúchos e catarinenses da BR-101 e a BR-364, entre Goiás e Mato Grosso).

O pacote de privatizações vai parir uns ratos. Em parte, nem se trata de culpa de governo, exatamente. As regras e a reputação de concessões estavam arruinadas. Vender qualquer coisa nesta crise econômica e política é difícil.

Regulações importantes estão paradas no Congresso (agências reguladoras, lei ambiental etc.). Há sempre um rolo jurídico (pois as normas são confusas e velhas) e o grosso do governismo no Congresso é uma gente indizível, que quer vampirizar feudos estatais, caso da Eletrobras.

O fato é que o pacote é um fiasco, dadas as necessidades do país, de infraestrutura em ruínas e sem dinheiro público para investir em obras.

Entre a publicação de um edital de concessão e o início das construções, vai ano e meio, se não houver contestação judicial no meio do caminho e se aparecer financiamento. Se tudo der certo, pois, vai ter operário trabalhando em algumas dessas concessões lá pelo fim do ano que vem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Em 2017, preço do gás de cozinha teve maior alta em 15 anos

O preço do botijão de gás teve em 2017 a maior alta desde 2002. Já os preços da gasolina e do diesel, apesar dos frequentes reajustes da Petrobras, subiram

mais em 2015, quando a ex-presidente Dilma Rousseff pôs fim a um período de represamento dos preços.

De acordo com os dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), o preço médio do botijão de gás em dezembro de 2017 chegou a R\$ 66,53, alta de 16,39% com relação ao verificado no mesmo mês de 2016, já descontando a inflação no período.

Aumento maior do que esse, só em 2002 (34%). Naquele ano, assim como em 2017, a Petrobras inaugurou uma política de acompanhamento mais próximo das cotações internacionais dos combustíveis.

A estratégia, porém, foi suspensa em meados do ano, após reclamações do então candidato à presidência, José Serra, quanto ao impacto eleitoral dos frequentes aumentos.

Em novembro, após seis aumentos seguidos, a Petrobras também decidiu rever sua política de reajustes para o combustível, iniciada em junho, alegando que ela repassa ao consumidor impactos sazonais, como o aumento das cotações externas devido ao inverno no Hemisfério Norte.

A nova política ainda não foi divulgada, mas a empresa já admitiu em nota que recompensará parte das altas já estabelecidas. A expectativa é que o produto não sofra alterações este mês - normalmente, os ajustes ocorrem até o dia 5.

A política anterior levava em consideração as cotações do butano e do propano (gases usados para fazer o gás de cozinha) no leste europeu, além de uma margem de lucro para a estatal.

Desde que foi adotada, o preço do produto para envase em botijões de 13 quilos subiu 67,8% nas refinarias. O gás para botijões chegou a ficar congelado por 13 anos, como estratégia dos governos petistas para segurar a inflação.

Os dados da ANP mostram que o preço médio da gasolina no país em dezembro chegou a R\$ 4,085 por litro, alta de 6,53% em relação a dezembro de 2017, já descontada a inflação.

Ao longo de 2017, quando iniciou uma política de ajustes diários, a Petrobras promoveu 119 mudanças no preço, tanto para cima como para baixo, mas o principal impacto foi do aumento das alíquotas de PIS/Cofins promovidas pelo governo Michel Temer no fim de julho.

Famílias sem gás

Foi a terceira maior alta anual desde 2001, quando os dados começaram a ser compilados, perdendo para 2015 (8,42%) e 2004 (7,74%).

Há dois anos, em um esforço para tentar reverter a crise fiscal, a ex-presidente Dilma liberou a Petrobras para promover reajustes e, assim como em 2017, aumentou impostos sobre os combustíveis - a alíquota da Cide, que estava zerada, subiu para R\$ 0,22 por litro.

A medida foi tomada após dois anos de represamento de preços, hoje alvo de investigação na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que acusa ex-conselheiros e ex-executivos da empresa de ignorar prejuízos à empresa para ajudar na campanha pela reeleição de Dilma.

Para o diesel, a alíquota foi para R\$ 0,15 e, somando reajustes autorizados pelo governo, elevou o preço em 8,5%, descontando a inflação. Foi o terceiro maior desde 2001 - em 2002, foram 38% e em 2004,

Em 2017, o diesel, subiu 7,10%, também descontando a inflação, chegando a um preço médio de R\$ 3,32 por litro em dezembro.

Procurada, a Petrobras não quis comentar a mudança na política de preços de GLP, alegando que ainda não está pronta. Em entrevista para detalhar o balanço do terceiro trimestre, o presidente da companhia, Pedro Parente, disse que a política de reajustes diários garante rentabilidade e competitividade para enfrentar importações.

Os preços de venda da companhia representam cerca de 30% do preço final do produto nas bombas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Silas Martí / de Nova York

Título: Acordo da Petrobras beneficia mais de 1 milhão de aposentados

O valor é altíssimo, mas a batalha ainda está no começo. Quando a Petrobras anunciou que vai pagar US\$ 2,95 bilhões, ou quase R\$ 10 bilhões, para encerrar o processo movido nos Estados Unidos por investidores lesados pela desvalorização de seus papéis, advogados, que podem embolsar até um quinto desse dinheiro, festejaram.

Mas nos próximos meses, depois que o juiz Jed Rakoff aprovar os termos do acordo num tribunal em Nova York, três grandes fundos de aposentadoria e outros 91 grupos de investimento representados no processo precisam acertar quem recebe quanto.

O líder da ação é o fundo britânico Universities Superannuation Scheme, que controla cerca de R\$ 260 bilhões em ativos e representa as aposentadorias de 390 mil professores universitários do Reino Unido. O grupo afirma ter sofrido um prejuízo de R\$ 271 milhões no período levado em conta na ação americana.

Também aparecem no topo da lista dois fundos de aposentadoria americanos. Um deles tem R\$ 356 bilhões em ativos e representa 900 mil funcionários públicos da Carolina do Norte e outro tem como beneficiários servidores do Havaí com cerca de R\$ 47 bilhões em investimentos.

Outros fundos relatam rombos ainda maiores com os papéis da petroleira alvo da Lava Jato. O grupo norueguês Skagen AS diz ter perdido sozinho R\$ 484 milhões.

Junto do Danske, outro fundo com sedes na Dinamarca, Luxemburgo e outros países europeus, a sangria desse trio de empresas totaliza R\$ 710 milhões, segundo transcrições do julgamento num tribunal de Manhattan.

Isso não quer dizer que esses grupos vão receber esses valores exatos quando o acordo for oficializado. Em última instância, mais de mil investidores podem ser beneficiados, mesmo que nem saibam do processo que chega ao fim.

Entre os representados pelos vários fundos que levaram a Petrobras aos tribunais estão professores aposentados do Reino Unido, policiais e bombeiros de Nova York e até a fundação Bill e Melinda Gates, do criador da Microsoft.

A PARTE DO ESCRITÓRIO

Mas uma parcela significativa dos recursos devidos será destinada aos cofres da Pomerantz, a firma de advocacia nova-iorquina que conseguiu consolidar todas as queixas de quase uma centena de reclamantes numa só ação.

Especialistas em casos dessa natureza calculam que a banca pode levar um quinto dos R\$ 9,5 bilhões da Petrobras ""o maior valor pago nesse tipo de acordo na última década e o quinto maior da história dos Estados Unidos.

Num caso dessa magnitude, um pagamento de até 30% também não seria impossível, embora o fato de a firma ter concorrido com outras para liderar o processo indica que pode ter aceitado menos já de olho no acordo.

"Não seria incomum um custo legal dessa ordem. Há gastos substanciais nesse tipo de ação, envolvendo a distribuição de fundos aos investidores", diz Brandon Garrett, professor de direito especialista em acordos de leniência. "O acordo ainda pode exigir a retenção desses fundos."

QUEM GANHA

Veja os principais fundos, muitos de aposentadoria, que receberão com o acordo

Universities Superannuation Scheme (Reino Unido)

> Quem representa: Aposentadorias de 390 mil professores universitários

> Ativos: Cerca de R\$ 260 bilhões

North Carolina Department of State Treasurer (Estados Unidos)

> Quem representa: Fundo de aposentadoria de 900 mil funcionários públicos do Estado da Carolina do Norte

> Ativos: Cerca de R\$ 356 bilhões

> O grupo afirma ter sofrido um prejuízo de R\$ 271 milhões no período levado em conta na ação americana

Employees' Retirement System of the State of Hawaii (Estados Unidos)

> Quem representa: Servidores aposentados do Havai

> Ativos: Cerca de R\$ 47 bilhões

OUTROS

> São mais 91 fundos de investimento que operam em países como Canadá, Luxemburgo, Dinamarca, Suécia, Alemanha e Noruega

> O grupo norueguês Skagen AS, por exemplo, diz ter perdido R\$ 484 mi; com o Danske, outro fundo nórdico, a perda salta para R\$ 710 mi.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Alexa Salomão / de Editora**Título:** Petrobras luta nos EUA para não virar 'empresa criminosa'

ANÁLISE

Multas a esta altura são inexoráveis. O que a Petrobras não admite é ser tachada de "empresa criminosa". É esse o argumento dos defensores da estatal para explicar a estratégia que levou ao acordo de US\$ 3 bilhões na Justiça americana.

Quem acompanha o seu calvário legal nos Estados Unidos diz que o acordo limpa o terreno para duas "guerras": o processo administrativo na SEC (órgão que pune empresas que têm papéis no mercado financeiro de lá) e o procedimento criminal no Departamento de Justiça.

Nos Estados Unidos, ações judiciais coletivas, as "class action", podem levar a disputas ferrenhas e imprevisíveis. Encerrá-las é sinal de predisposição à negociação.

Nesse contexto, mais do que reduzir incertezas financeiras para os acionistas, o acordo atesta a iniciativa da Petrobras em sanar eventuais prejuízos que tenha causado. É um gesto de boa vontade que autoridades americanas tendem a considerar.

Pode ajudar em especial no processo na SEC, onde a derrota já é dada como certa. Nessa esfera, a responsabilidade é objetiva e não há como negar que ela falhou por não identificar e punir executivos corruptos. Ainda não se discute o valor da penalidade, mas estima-se que passaria de US\$ 1 bilhão.

Essas multas na SEC, porém, podem ser reduzidas ou até suspensas se uma "class action" do caso for solucionada – tradição que pode aliviar esse custo para Petrobras.

No Departamento de Justiça, os defensores da empresa esperam que o acordo ajude a solucionar um impasse já desgastante e perigoso.

Autoridades americanas insistem para que ela assuma que cometeu crimes – algo que a sua defensoria rejeita com veemência. Argumentam que a Petrobras foi vítima da corrupção e sofreu perdas bilionárias com ela.

Nesse campo, o desfecho é imprevisível. O Departamento de Justiça nunca tratou de caso semelhante com uma estatal. Para reafirmar a posição de vítima,

já há quem pondere que valeria a pena a Petrobras processar o acionista responsável por indicar os funcionários corruptos – o Estado brasileiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: O acordo da Petrobrás

O bilionário acordo fechado pela Petrobrás para encerrar uma ação coletiva na Corte Federal de Nova York – movida por investidores que se sentiram lesados em razão das perdas provocadas pelo vasto esquema de corrupção que prosperou na estatal na era lulopetista – foi celebrado pela empresa e pelos autores da ação. Mas nada têm a comemorar investidores brasileiros que igualmente acionaram a Petrobrás na Justiça, pois também foram prejudicados pela escandalosa corrupção da era petista que corroeu as finanças da estatal e resultou em pesados prejuízos para a empresa e queda brutal da cotação de suas ações. Os que investiram em ações da Petrobrás no Brasil nada ganharam, não têm certeza de que serão ressarcidos de alguma forma e voltarão a perder. Afinal, o acordo com investidores estrangeiros imporá novas perdas aos aplicadores nacionais, pois o valor de US\$ 2,95 bilhões – cerca de R\$ 10 bilhões – que a Petrobrás se comprometeu a pagar em três parcelas afetará seus resultados, já no quarto trimestre de 2017. O acordo atende “aos melhores interesses da companhia e de seus acionistas”, afirmou a Petrobrás em comunicado ao mercado.

De fato, o acordo encerra uma disputa judicial iniciada em 2014 e evita perdas ainda maiores para a empresa. Sem ele, o caso poderia ser julgado por um júri popular e a Petrobrás poderia ser condenada ao pagamento de um valor muito maior, de até US\$ 10 bilhões. Mas a declaração da estatal não diz tudo na parte que se refere a atender “aos melhores interesses” de seus acionistas. Os estrangeiros que investiram em papéis da estatal estão, de fato, satisfeitos. É um “resultado fantástico e histórico”, comemorou a sócia do escritório de advocacia de Nova York que liderou a defesa dos interesses dos investidores que moveram a ação contra a companhia brasileira. Gestores do fundo de pensão que liderou a ação coletiva contra a Petrobrás em Nova York igualmente se declararam satisfeitos com o acordo, que avaliaram como o que preserva “o melhor interesse” dos investidores que recorreram à Justiça.

O acordo – que depende da decisão do juiz que cuida do caso – não constitui “reconhecimento de culpa ou de prática de atos irregulares” pela Petrobrás, diz o comunicado da empresa. Ela continua a negar qualquer responsabilidade pelas perdas que o escândalo do petrolião impôs aos investidores e se declara vítima dos atos criminosos revelados pela Operação Lava Jato. O fato de ela já

ter recuperado R\$ 1,75 bilhão com a Lava Jato é invocado como ressarcimento pelas perdas de que foi vítima. O valor recuperado, convém lembrar, corresponde a menos de 15% do que a Petrobrás pagará aos investidores americanos. Já os investidores residentes no Brasil, tão ou mais prejudicados do que os americanos, não terão nem um centavo sequer de ressarcimento, como lembrou a doutora em direito Érica Gorga, em artigo publicado no Estado. Há uma grande transferência de valor da companhia para os investidores estrangeiros em detrimento dos nacionais, que perdem duas vezes, diz Gorga. Primeiro, com a desvalorização das ações da Petrobrás ao longo das investigações da Lava Jato; agora, com o custo do acordo de Nova York.

É uma demonstração da eficiência do sistema judiciário americano na proteção dos direitos dos acionistas e investidores e das falhas do sistema brasileiro nesse aspecto. A prevalência, inclusive na Justiça brasileira, da visão de que as companhias infratoras são vítimas tende a esvaziar o direito privado, diz Érica Gorga. As companhias, argumenta ela, “são titulares de direitos e obrigações, sendo plenamente responsáveis pelo destino que dão ao capital de seus acionistas”. E isso é especialmente verdadeiro quando os recursos provêm de poupança popular tutelada pela Constituição. A Constituição, de fato, determina que a lei estabelecerá a responsabilidade da pessoa jurídica, “sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular”. Aguarda-se a palavra da Justiça brasileira sobre o caso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Felipe Frazão

Título: Temer ainda terá de trocar 13 ministros em até 3 meses

Dez ocupantes da Esplanada já disseram que pretendem se candidatar; três afirmam que vão decidir até abril.

Após três trocas em menos de um mês, o presidente Michel Temer terá de mudar pelo menos mais 13 ministros até abril, quando termina o prazo para candidatos se afastarem de cargos públicos. Desse total, dez já disseram que pretendem se candidatar e três afirmam que vão decidir até o prazo final. “O cargo sempre é do presidente, mas pretendo ficar até o fim do prazo legal”, disse o ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP-MT), candidato à reeleição no Senado. Também estão de saída do governo até abril Ricardo Barros (PP-PR), da Saúde; Osmar Terra (MDB-RS), do Desenvolvimento Social; Sarney Filho (PV-MA), do Meio Ambiente; Leonardo Picciani (MDB-RJ), do Esporte; Marx Beltrão (MDB-AL), do Turismo; Maurício Quintella Lessa (PR-AL), dos Transportes;

Fernando Coelho Filho (sem partido- PE), de Minas e Energia; Aloysio Nunes (PSDB-SP), do Itamaraty; e Mendonça Filho (DEMPE), da Educação.

Barros reafirmou ontem que será candidato a deputado federal no Paraná. “Fico no cargo o tempo que o presidente determinar. Mas a data limite é dia 7 (de abril), o prazo que a lei impõe.” O Planalto descarta promover uma reforma de uma só vez, como chegou a ser cogitado no fim do ano. Tanto o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) como Moreira Franco (Secretaria-Geral) afirmam agora que a reforma será paulatina. A Presidência quer deixar os ministérios nas mãos dos mesmos partidos para evitar problemas em votações importantes, como a da Previdência. Nos últimos dois meses, Temer trocou titulares de quatro pastas. No Trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB-RS) cedeu lugar a Cristiane Brasil (PTB-RJ). Nas Cidades, Bruno Araújo (PSDB-PE) foi substituído por Alexandre Baldy (sem partido- GO). Na Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy (PSDBBA) deu lugar a Carlos Marun (MDB-MS). Um dos presidenciáveis que podem ter apoio do Planalto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD), repetiu ontem que avaliará uma candidatura apenas em abril.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Julia Lindner

Título: MDB e setor privado disputam diretoria da Aneel

Senadores tentam emplacar afilhados políticos para vaga; dois dos atuais diretores foram indicados por Dilma.

A abertura de uma vaga na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) gerou forte interesse no MDB e uma reação do setor elétrico. O Estadão/ Broadcast apurou que os senadores Edison Lobão (MDBMA) e Valdir Raupp (MDB-RO) têm atuado para emplacar afilhados políticos para a vaga de Reive Barros dos Santos, que deve deixar o cargo no dia 13. Lobão decidiu apadrinhar Sandoval de Araújo Feitosa Neto, superintendente de Fiscalização de Serviços de Eletricidade da Aneel. Com André Pepitone da Nóbrega, que é diretor da agência e também foi indicado por Lobão, formariam um bloco que pode bater de frente com os diretores Romeu Rufino e Tiago de Barros Correia, indicados pela ex-presidente Dilma Rousseff. O senador Valdir Raupp (MDB-RO) trabalha a favor de Efraim Pereira da Cruz, diretor de Gestão das distribuidoras da Eletrobras em Rondônia e no Acre. Esse nome é o mais criticado nos bastidores por membros do governo e do setor privado, pois as distribuidoras são reconhecidas pelos prejuízos bilionários que geram à holding. Empresas privadas, por sua vez, se movimentaram para indicar Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Ele é engenheiro eletricista, tem mestrado e doutorado em Planejamento Energético

e já trabalhou na Light. O Instituto Acende Brasil, que tem como clientes as principais empresas do setor, apoia o executivo. O presidente da entidade, Claudio Sales, disse que Delgado reúne os atributos necessários para o cargo.

“Seria desejável que ao menos um dos diretores tivesse passagem por empresas privadas no setor, isso enriqueceria as decisões do colegiado”, disse Sales. “Decisões regulatórias e pressões políticas não combinam”. Em agosto, terminam os mandatos de Rufino, Pepitone e Correia, único com direito à recondução. Mas o MDB trabalha para indicar Pepitone como diretor-geral, o que lhe daria mais quatro anos de atuação na agência e mais força ao partido, conhecido por sempre ter tido o comando do setor elétrico. As indicações políticas são comuns em agências reguladoras, disse o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que apoiou o consultor legislativo Rodrigo Limp para a Aneel, confirmado por Temer em dezembro. Seu nome ainda vai passar por sabatina dos senadores. Procurado, Lobão disse que Sandoval e Pepitone são técnicos de carreira da Aneel e negou ter conhecimento sobre a troca no comando da agência. Raupp não se pronunciou. A Abradee não quis comentar. Marco Delgado e Efraim Cruz não se manifestaram. A Aneel informou que Sandoval Feitosa e André Pepitone estão em férias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder

Título: Infraestrutura amplia pedidos ao BNDES

Banco fecha o ano com R\$19,45 bi em novos financiamentos, 26% mais que em 2016; leilões puxam crédito.

Mesmo com a recessão, a chegada de pedidos de empréstimos para empreendimentos contratados em leilões de concessão em geração e transmissão de energia elétrica contribuíram para o BNDES fechar 2017 com R\$ 19,45 bilhões em novos financiamentos contratados para o setor de infraestrutura, uma alta nominal de 26% ante o valor total de 2016. O desempenho foi puxado pela aprovação de empréstimos como os R\$ 2,56 bilhões para a concessionária da primeira linha de transmissão da Hidrelétrica de Belo Monte, controlada pela estatal chinesa State Grid, o R\$ 1 bilhão para três complexos eólicos dos grupos EDF, Enel e Aliança, e os R\$ 529 milhões para o Complexo Solar Pirapora, em Minas Gerais, da francesa EDF – o primeiro financiamento do banco para um projeto de energia solar.

“O que aconteceu foi que no setor de energia tivemos leilões mais regulares e, com isso, esse pipeline (carteira de empréstimos) foi alimentado”, afirmou Marilene Ramos, diretora das áreas de infraestrutura do BNDES, ao apresentar

ontem os resultados do setor, no Rio. Do total de contratações no BNDES em 2017, Energia respondeu por R\$ 15,46 bilhões, quase o dobro dos R\$ 8 bilhões de 2016. Isso mais que compensou o tombo no crédito contratado por Saneamento e Transportes, que ficou em R\$ 3,99 bilhões, queda de 44% ante 2016. O BNDES espera que a regularidade dos leilões do setor de energia garanta demanda por novos pedidos. A carteira de empréstimos em análise pelo banco para a infraestrutura, que deverão ser aprovados em 2018 e 2019, soma R\$ 35,9 bilhões – R\$ 14,5 bilhões para energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

» Réveillon.

A Usiminas ainda não anunciou oficialmente, mas já fechou com as montadoras um reajuste do preço do aço de 18% a 23%, o mesmo percentual firmado e já divulgado pela CSN. As siderúrgicas almejavam, no início das negociações, uma alta de 25%. O contrato com o setor automotivo é anual. Procurada, a Usiminas não comentou.

» Superação.

A Hidrelétrica Santo Antônio bateu, em dezembro, seu próprio recorde de geração mensal, quando produziu pouco mais de 1,9 milhão de megawatts-hora. A alta disponibilidade das unidades geradoras, que atingiu o índice de 100%, acima dos 99,5% estabelecidos para a usina, contribuiu para o resultado.

» Plena carga.

Em 2017, primeiro ano em que operou com plena capacidade, Santo Antonio foi a terceira maior geradora hídrica do País, apenas atrás de Itaipu e Tucuruí. A usina gerou mais de 16,8 terawatts-hora, o que corresponde a 3,08% de toda carga do Sistema Interligado Nacional (SIN).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Raízen deve fechar compra de ativos da Shell na Argentina

Operação. Empresa, joint venture entre a brasileira Cosan, da família Ometto e a própria Shell, é apontada como a favorita para levar o negócio, que inclui distribuidoras de combustíveis e estrutura de refino; operação marcaria a internacionalização da companhia

A Raízen Combustíveis está prestes a comprar os negócios da Shell na Argentina, que incluem distribuidoras de combustíveis e ativos da área de refino, apurou o 'Estado'. As negociações seguem avançadas e dependem agora de assinatura de contratos, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto. A transação é da ordem de US\$ 1 bilhão. As conversas entre as empresas tiveram início no ano passado e envolveram outros grupos. O processo está na fase de propostas vinculantes (em que há obrigação de compra) e a companhia, joint venture entre os grupos Cosan e Shell, é apontada como a favorita. Se concretizado o acordo, o grupo Cosan terá negócios naquele país em parceria com a Shell, marcando o processo de internacionalização da Raízen Combustíveis. Formada em 2010, a Raízen atua na área de distribuição de combustíveis no Brasil e na produção de açúcar e etanol. Em distribuição, é a terceira maior do setor, atrás das redes de postos Ipiranga (do grupo Ultra) e da BR Distribuidora, que pertence à Petrobrás e recentemente abriu o capital na Bolsa. No setor sucroalcooleiro, a empresa é líder absoluta. Vendas. Com planos de desinvestimentos, a Shell colocou à venda no ano passado seu negócio de refino e cerca de 600 postos de combustíveis na Argentina.

Os negócios atraíram diversos interessados. Fontes afirmam que, segundo a proposta da Raízen, o valor de US\$ 1 bilhão será pago em dinheiro. As discussões ainda não colocaram no preço o acordo sobre o uso da marca Shell, o que pode alterar o montante final da operação. Não interessaria à Raízen ficar com os negócios de refino. No entanto, no mercado argentino, o distribuidor de combustível também é dono da estrutura de refino. Com isso, se sair vencedora, a Raízen terá de ter atuação também nesse segmento. O acordo de compra estava prestes a sair no fim do ano passado, mas trâmites burocráticos atrasaram o processo. O banco Morgan Stanley está assessorando a Raízen na operação. Longa data. Cosan e Shell são tradicionais parceiros. No ano passado, o grupo de Rubens Ometto Silveira Mello comprou a fatia de 16,77% que a Shell tinha na Comgás, empresa cujo controle foi adquirido pela própria Cosan em 2012. A operação, de R\$ 1,15 bilhão, envolveu dinheiro e ações. Procurada, a Raízen não comentou. A Shell afirmou que não fala sobre rumores ou especulações associadas ao status de possíveis ações comerciais.

Cade aprova parceria de BP e Copersucar

Uma joint venture entre a Copersucar e a BP Biocombustíveis para operar um terminal de armazenagem de etanol em São Paulo foi aprovada ontem pela Superintendência- Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade). Com a parceria, anunciada no fim de novembro, as duas empresas esperam otimizar a logística de fornecimento de etanol e ampliar a presença comercial no País. Em operação desde 2014, o Terminal Copersucar de Etanol, em Paulínia, possui 10 tanques, com capacidade total de armazenagem de 180 milhões de litros de combustível e de movimentação de 2,3 bilhões de litros por ano, com possibilidade de ampliação. Até agora, o terminal vinha sendo gerido só pela Copersucar, integrada por mais de 20 grupos sucroalcooleiros do Brasil. Além dos novos acionistas, o terminal continuará prestando serviços a terceiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Venda de petróleo

O **Ministério de Minas e Energia** publicou ontem portaria para disciplinar a venda de petróleo, gás natural e outros combustíveis pela PPSA, estatal responsável por gerir o petróleo recebido pela União advindo da exploração do pré-sal. A portaria define que os recursos recebidos a partir da venda dos combustíveis deverão ser depositados diretamente na Conta Única do Tesouro. "Os tributos incidentes e os gastos relacionados diretamente à comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos da União deverão ser depositados em conta a ser informada pela PPSA que, obrigatoriamente, os contabilizará de forma clara e apartada da sua própria contabilidade", especifica a portaria. A venda dos produtos deverá ser feita "preferencialmente por leilão, primando pela simplicidade, transparência, rastreabilidade e adoção de boas práticas da indústria", aponta o texto.

Déficit de energia

O risco de desabastecimento no sistema elétrico brasileiro em 2018 é de 1,2% para os subsistemas do Sudeste/Centro-Oeste e zero para Nordeste, segundo registros do Programa Mensal de Operação (PMO) de janeiro de 2018. Em nota, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) destacou que está "garantido o suprimento eletroenergético do SIN [Sistema Interligado Nacional], despachando o parque térmico conforme ordem de mérito de custo, e que permanecerá acompanhando atentamente a evolução das condições de atendimento ao longo da estação chuvosa de 2018". O CMSE indicou que o nível de água nos reservatórios das hidrelétricas do país atingiu, ao fim de dezembro, os valores de 22,5%, 57,0%, 12,8% e 23,3% nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte, respectivamente. A expectativa é que, ao fim de janeiro de 2018, sejam alcançados os percentuais de 34,5% no Sudeste/Centro-

Oeste, 53,7% no Sul, 21,3% no Nordeste e 32,2% no Norte. Segundo o comitê, as precipitações de chuvas nos próximos sete dias estarão mais concentradas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e oeste da Região Nordeste. Para a segunda semana, avalia que o cenário mais provável de previsão é o de chuvas inferiores à média histórica em boa parte das regiões Sudeste e Centro-Oeste, especialmente na bacia do rio São Francisco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Bruno Villas Bôas

Título: Preço ao produtor avança, puxado por refino e químicos

Enquanto os preços ao consumidor seguem comportados, os preços aos produtores, medidos na porta das fábricas (sem impostos e sem frete), tiveram forte aumento nos últimos meses do ano passado. De setembro a novembro de 2017, o Índice de Preços ao Produtor (IPP) avançou 4,78%, de acordo com dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por diferentes motivos, três atividades da indústria de transformação, que respondem por cerca de 30% da composição do índice, foram as principais responsáveis pelo avanço do preço ao produtor na reta final do ano: refino de petróleo e produtos do álcool, com avanço de 14,19% de setembro a novembro; metalurgia, com alta de 8%; e outros químicos (propeno, etileno, polipropileno), com aumento acumulado de 9,11% nos três meses.

Segundo Alexandre Brandão, gerente do IPP, os preços de refino de petróleo e produtos do álcool na "porta das fábricas" aumentaram a partir da nova política da Petrobras, que passou a reajustar preços nas refinarias acompanhando o comportamento do mercado internacional. Subiram de preços óleo diesel, gasolina, GLP, por exemplo. O álcool, como substituto da gasolina, também ficou mais caro.

Para dar uma dimensão do impacto da nova política de preços da estatal, Brandão diz que as duas maiores variações de preços da atividade de refino de petróleo e produtos do álcool - medidas pelo IPP desde janeiro de 2010, início da série histórica - ocorreram exatamente no ano passado. Os preços dessa atividade avançaram 6,48% em agosto e 5,91% em novembro de 2017.

"A política também gerou aumento do preço da nafta, matéria-prima de produtos químicos como propeno, etileno e polipropileno. Esses preços dos 'filhos da nafta' também ficaram mais caros. São preços também influenciados pelo câmbio. O real desvalorizou-se 3,99% nos últimos dois meses", disse

Brandão, ao divulgar o IPP de novembro de 2017, que avançou 1,43% na comparação a outubro daquele ano.

Os preços dos produtos metalúrgicos, por sua vez, foram influenciados pela maior cotação no mercado internacional, reflexo da maior demanda do mercado chinês. Este comportamento, contudo, não é recente. Nos últimos 13 meses, os preços de produtos metalúrgicos recuaram em apenas três deles. São itens como lingotes, blocos, tarugos, alumínio, arames e fios de aço, vergalhões de aço.

Outros produtos com menor peso no IPP também tiveram aumento na "porta das fábricas" nos últimos meses, sobretudo os itens exportados, cotados em dólar. Em outubro e novembro, o real desvalorizou-se 3,99% frente ao dólar. Quando isso acontece, os produtos tornam-se mais caros em reais. Foi assim com aviões, fumos, papel e celulose e mesmo alguns produtos químicos como adubo. Possivelmente itens de informática também foram influenciados pelo câmbio, via rádios para automóveis.

Em novembro, essa influência do câmbio foi percebida de forma mais nítida nos bens de capital, cujo preço ao produtor acelerou de 1,09% em outubro para 1,42%. Como parte dos produtos são exportados, seus preços seguem em parte o comportamento do câmbio. "Mesmo tratores, muito usados no setor agrícola, são em parte exportados. Foi uma influência importante no período", disse Brandão.

Apesar do rápido avanço do IPP, o contágio para o varejo não preocupa. Primeiro, porque o IPP inclui itens para exportação, diferentemente do IPCA, que mede preços ao consumidor no mercado interno. Segundo Flávio Serrano, economista-sênior do banco Haitong, a parcela do IPP que poderia pressionar o IPCA é dos combustíveis, mas isso já ocorreu.

"Os produtos siderúrgicos podem pressionar os custos da produção de carros, assim como os químicos podem afetar preços de plásticos. Mas não é isso que vai gerar preocupação para a inflação ou mudar a política monetária. São coisas pontuais e o fator relevante para a política monetária são as tendências, os núcleos de inflação", disse Serrano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Consumo de combustível cresce 0,6% até novembro

O consumo nacional de combustíveis cresceu 3,9% em novembro ante igual período do ano passado, para um total de 11,419 bilhões de litros. Dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que o mercado brasileiro acumulava até novembro alta de 0,6% no ano, depois de dois anos de queda.

O volume de diesel consumido subiu 5,45%, para 4,64 bilhões de litros em novembro sobre o mesmo mês em 2016. O aumento acumulado até novembro foi de 0,9%, acima das estimativas da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e. Conveniência (Plural, ex-Sindicom), que projeta aumento de 0,5%.

O consumo de etanol subiu 33,13%, para 1,33 bilhão de litros, ante novembro de 2016. Nos 11 primeiros meses de 2017 o acumulado das vendas tem queda de 9,7%.

Já a comercialização de gasolina recuou 7,3% no mês ante novembro de 2016, para 3,43 bilhões de litros. Embora tenha acumulado alta de 3,9% no ano até novembro, a venda de gasolina atingiu no mês seu patamar mais baixo em 16 meses.

Apesar da queda no consumo de gasolina em novembro, o mercado do ciclo Otto (que roda com motores a gasolina e/ou etanol) acumula crescimento de 1,22% em 2017 até novembro. A Plural estima uma alta de 1,4% em 2017 no segmento.

A venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) se manteve praticamente estável no mês retrasado (-0,1%) - mas acumulou alta de 0,3% no ano entre janeiro e novembro.

Os dados da ANP mostram, ainda, um crescimento, em novembro do ano passado, nas vendas de óleo combustível (+43,27%), querosene de aviação (+6,43%), gasolina de aviação (+1,6%) e querosene iluminante (+9,4%) na comparação com novembro de 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: EUA vão abrir águas para exploração de petróleo

O governo do presidente Donald Trump está derrubando um princípio de longa data da política energética dos EUA ao propor a abertura de 90% das águas federais para exploração de petróleo e gás. O plano anunciado ontem pelo

secretário do Interior, Ryan Zinke, inclui áreas como a Flórida e a Califórnia, e reverte mais uma política do presidente Barack Obama, que mantinha só 6% dessas áreas disponíveis à exploração.

Como outras ações do governo Trump, a medida provavelmente provocará uma batalha prolongada entre companhias de petróleo, ambientalistas e políticos.

"Vamos nos tornar a mais forte superpotência de energia", declarou Zinke ao anunciar o plano para iniciar as licitações das áreas a partir de 2019.

"Certamente temos ativos para fazer isso."

O setor de petróleo celebrou o anúncio, mas desencadeou uma rápida reação contrária, não só de ambientalistas, mas também de republicanos que são aliados do presidente Trump.

O governador da Flórida, o republicano Rick Scott, por exemplo, disse que se opõe à exploração de petróleo em seu Estado e pediu uma audiência com Zinke para expor suas preocupações sobre a proteção de recursos naturais. Scott tem o apoio de ambientalistas e do setor de turismo.

"É absolutamente radical", disse Diane Hoskins, diretora da Oceana. "Expandir a exploração offshore ameaça os meios de subsistência e as economias das regiões costeiras que dependem de um oceano saudável."

A abertura de quase todas as águas federais marca uma guinada, não apenas com relação às políticas de Obama, mas em relação a todos os governos desde Ronald Reagan. A última licitação de uma área offshore na costa leste data de 1983 e, na costa oeste, de 1984.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Petrobras resolve problema nos EUA e cria outro no Brasil

O acordo alcançado com investidores que moveram ações coletivas contra a Petrobras na Justiça americana, que levará ao desembolso de US\$ 2,95 bilhões (R\$ 9,6 bilhões) é um dos derradeiros capítulos de uma história lamentável para o país e trágica para a companhia. Com ele, a Petrobras obteve a redução de danos financeiros e a remoção de um obstáculo importante para o desenvolvimento de seus negócios. O pagamento da maior quantia em um acordo dessa natureza por uma empresa estrangeira, e a quinta maior de todas já ocorridas nos EUA, só faz sentido se a expectativa mais provável é a derrota. Um julgamento por júri popular poderia piorar punições e seus termos

financeiros. Dadas a dimensão da roubalheira, que passou tranquila pelos controles internos, há poucas dúvidas de que a Petrobras teria mais a perder indo até o fim.

Segundo comunicado da Petrobras, o acordo "não constitui reconhecimento de culpa ou de prática de atos irregulares", o que o torna quase incompreensível para leigos - o caso de um inocente que paga US\$ 2,95 bilhões para não ser considerado culpado. Primeiro, uma confissão de culpa formal aniquilaria a empresa com uma sequência de ações adicionais de milhares de investidores. O pagamento com base em acordo é um reconhecimento implícito de que houve prejuízos aos investidores que detinham ADRs e bônus da companhia pela ocultação de bilhões de dólares, que foram subtraídos durante anos sem deixar vestígios em seus disclosures, pelos quais seus principais executivos eram responsáveis.

Como alguns executivos foram presos, outros condenados e outros ainda estão sendo processados, e a direção da empresa foi inteiramente mudada, o gesto para arquivar um passado condenável teve de ser firmado em dinheiro graúdo. A Justiça americana protege séria e prioritariamente o investidor, dando consistência à base regulatória do mercado de capital mais pujante do mundo.

Exatamente porque os EUA têm essa tradição é que a colocação de ações ou recibos de ações no mercado americano é considerada como um avanço objetivo na governança das empresas brasileiras, que, com isso, terão sob escrutínio severo suas práticas contábeis e ações de mercado. Durante anos, as consultorias que prestaram serviço à Petrobras e a direção da empresa produziram dados que não refletiam a realidade por baixo das barbas de reguladores que se orgulham de ser vigilantes e severos. Não foi à toa que o montante pago pelo acordo foi alto.

A Justiça e os órgãos reguladores dos mercados de capitais americanos são exemplos a seguir no caso de proteção de direitos dos acionistas. Ao aceitar isso e pagar um preço, a Petrobras resolveu um problema e criou outro - a indenização dos investidores domésticos. Há ações no Brasil sobre o mesmo assunto e uma arbitragem em andamento, movida pela Associação dos Investidores Minoritários, que também buscará na Justiça um acordo semelhante ao feito pela Petrobras nos EUA. Não deveria haver distinção de natureza nem de grau no tratamento dos investidores, mas, ao deixar os investidores brasileiros de fora, é como se houvesse. A diferença está no grau de proteção legal das respectivas jurisdições.

A legislação sobre ações coletivas no Brasil é mais restritiva que a americana. Aqui elas só podem ser movidas por iniciativa do Ministério Público ou de uma

associação civil cujos membros tenham se sentido prejudicados por empresas no mercado.

Se os efeitos do acordo nos EUA fossem estendidos na mesma proporção aos investidores domésticos, que detém 31,6% do capital (os detentores de ADR têm 23,4%) a empresa teria de desembolsar o equivalente a US\$ 3,98 bilhões. Se o acionista majoritário também tivesse direito a essa espécie de indenização, receberia US\$ 5,67 bilhões e os investidores que usaram o FGTS para comprar ações da companhia, R\$ 151 milhões.

Não cabe à Petrobras consertar a legislação brasileira, uma tarefa que compete aos órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários e à Justiça. Na disputa com a empresa, os minoritários abriram um caminho no qual a Justiça poderá criar um precedente, se eles forem vitoriosos. Por caminhos inesperados, pode surgir um avanço institucional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Ana Lamounier e Eduardo de Faria

Título: Exemplos que vem de fora no combate à corrupção

Jamnagar é uma cidade de cerca de 600 mil habitantes no estado de Gujarat, localizada no oeste da Índia, mais especificamente no golfo de Kutch. É mais conhecida internacionalmente por ser a sede da Refinaria de Jamnagar, a maior do mundo, com capacidade de processar 1,2 milhão de barris de petróleo por dia. O gigantesco complexo consumiu cerca de US\$ 6 bilhões para ser construído, demorou pouco mais de três anos para ficar pronto e tem capacidade de produção de 1,24 milhão de barris por dia de combustíveis ultra limpos, destinados principalmente à Europa e aos Estados Unidos.

A cidade de Abreu e Lima fica no litoral norte de Pernambuco, tem cerca de 100 mil habitantes e faz parte da região metropolitana do Recife, mas não possui refinarias de petróleo e vive basicamente do comércio. Já a cidade de Ipojuca, situada no litoral sul do Estado de Pernambuco, também faz parte da região metropolitana do Recife e tem uma base industrial expressiva, que conta com o maior estaleiro e a maior refinaria de petróleo do país. É onde se localiza o porto de Suape, um dos mais importantes do Nordeste. Também possui menos de 100 mil habitantes.

Anunciada em 2003 e construída a partir de 2005 com um orçamento de cerca de US\$ 2,5 bilhões, a refinaria de petróleo Abreu e Lima deverá ter um custo final superior a US\$ 20 bilhões, se um dia for finalizada. Fruto da parceria do, à época, presidente Lula com o venezuelano Hugo Chávez, esta obra é hoje

exclusiva da Petrobras, uma vez que sua congênere PDVSA não obteve as garantias necessárias para aportar os recursos combinados. Foi projetada para refinar o pesado petróleo venezuelano e deverá ter sua produção focada em óleo diesel.

Apesar de estar situada em Ipojuca, a refinaria leva o nome de Abreu e Lima, homenagem ao general pernambucano que lutou ao lado do herói venezuelano Simon Bolívar nas guerras de independência da América espanhola. Foi, sem sombra de dúvida, uma deferência do presidente brasileiro ao caudilho venezuelano.

Segundo o ranking de percepção da corrupção da Transparência Internacional de 2016, Brasil e Índia ocupam a mesma posição, de número 79, empatados com a China, em um universo de 176 países. No entanto, o custo da construção da refinaria brasileira é mais de três vezes superior ao da refinaria indiana. Segundo parâmetros internacionais de comparação, a relação entre o custo da construção da refinaria e o número de barris que consegue processar em Jamnagar é de cerca de US\$ 5 mil, enquanto em Abreu e Lima, a relação é estimada em mais de US\$ 85 mil.

As duas refinarias operam próximas à fronteira tecnológica. Qual a diferença entre as duas? A principal é sua composição acionária: enquanto a empresa brasileira é estatal, a indiana é privada; enquanto a primeira segue sob influência de governos, políticos, empreiteiros e um sem número de interesseiros, a segunda é pautada pelo retorno aos acionistas e as influências políticas, quando existem, são limitadas.

O Brasil precisa tomar medidas que tornem a relação risco-retorno altamente desfavorável à corrupção

A imensa distância de preço entre as duas refinarias pode ser apenas a conta da corrupção, o que é mais provável, mas pode ser também a conta de um projeto mal feito, ou ainda uma mistura dos dois. O fato é que o Brasil não pode conviver com tamanho desperdício de recursos, se pretende, algum dia, erradicar a sua pobreza. A corrupção é uma variável perversa no processo de desenvolvimento de uma nação: compromete a competitividade, distorce a alocação de capital e consome recursos escassos do setor público. É de difícil mensuração, mas estima-se em algumas dezenas de bilhões de reais o volume que escapa pelo ralo anualmente em nosso país.

A legislação que rege a execução de obras públicas tem sido pouco efetiva para controlar os custos e muito menos evitar todos os tipos de malversações de recursos. Ou seja, a lei não atende aos objetivos de produzir obras livres de corrupção e com o menor custo possível aos cofres públicos. Diz o bom senso

que deveríamos aprender com quem conseguiu implementar medidas que brecaram, ou ao menos reduziram de forma expressiva, a corrupção nas obras públicas, mas não é isso que se faz no Brasil.

Os países desenvolvidos possuem exemplos abundantes de como controlar esses gastos e tornar a corrupção uma prática menos nociva e onerosa ao dia a dia da economia. Não significa que seja extirpada, mas controlada em baixos patamares. A Europa fornece uma ampla gama de medidas: várias nações criaram códigos de ética para funcionários públicos, comitês de arbitragens para receberem denúncias e regras para cancelar contratos e aplicar penalidades, inclusive com elevadas multas.

Em todos os países, demissão e prisão são o caminho para aqueles pegos cometendo o butim. A legislação, sempre que necessária, é atualizada para acompanhar a crescente sofisticação para burlar a regra e assim, levar vantagem na competição econômica e, portanto, enriquecer à custa de ações ilegais. Além disso, e talvez mais importante ainda, procura-se garantir a transparência em todas as instâncias dos processos, de forma que a participação na concorrência seja a mais ampla possível e a ameaça à lisura do processo seja logo identificada.

Os Estados Unidos também têm um mecanismo antigo e eficiente para impedir que as obras saiam mais caras que os licitados. Chamado de performance bond, é a obrigatoriedade de contratação de um seguro pelas construtoras de valor equivalente à toda obra a ser executada. A operação tem como atrativo para o setor público a garantia de realização da obra pelo preço contratado na licitação. Assim, se as construtoras ficarem inadimplentes e não conseguirem arcar com o custo contratado, cabe às seguradoras concluir a obra ou indenizar o setor público. A vantagem desse seguro é que a obra acaba sendo fiscalizada pela própria seguradora, obviamente interessada em seguir a execução dentro dos parâmetros da licitação para não incorrer em prejuízo.

As experiências mundo afora mostram o caminho a seguir, resta apenas vontade política para que as transformações necessárias sejam postas em prática. Mas é preciso agir. Se quiser seguir adiante e se tornar uma nação mais desenvolvida e justa, o Brasil precisa tomar medidas que tornem a relação risco e retorno altamente desfavorável à corrupção. A alternativa é continuar tudo como está e perder ainda mais posições na corrida ao desenvolvimento.

Ana Elisa Lamounier é CEO da Sparks Capital Brasil e Eduardo de Faria é economista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Energia tem interesse em distribuidora da Eletrobras**

O grupo de origem mineira Energisa, que detém nove concessões de distribuição de energia no país, estuda a possibilidade de participar do leilão de privatização das seis distribuidoras da Eletrobras situadas no Norte e Nordeste. A companhia, no entanto, aguarda a definição de todas as condições do certame para decidir se, de fato, terá interesse pelo negócio.

"O crescimento inorgânico, que seria através de aquisições, sempre esteve no nosso foco, mas não temos nada definido a respeito se vamos participar, ou não [do leilão das distribuidoras da Eletrobras]. Temos feito análises prévias. Mas as condições de como se dará a venda não estão totalmente definidas", afirmou o diretor presidente da Energisa, Ricardo Botelho, em entrevista exclusiva ao Valor. Ele demonstrou preocupação com relação às dívidas, contingências e necessidades de capitalização imediata nessas distribuidoras.

Com relação à Light, distribuidora que atende a região metropolitana do Rio de Janeiro e cujo bloco de controle está à venda, o executivo descartou o interesse no negócio. Segundo Botelho, a Energisa não enxerga potencial significativo de agregar valor com a compra da elétrica fluminense.

"É o tipo de ativo que nós decidimos que não temos como agregar muito, em termos de sinergia. Entendemos que não temos o perfil para tocar esse tipo de empresa", afirmou. "A Energisa não está participando desse processo".

O bloco de controle da Light, com 52% do capital, é formado pela Cemig e um grupo de bancos. Sem a Energisa no páreo, os potenciais compradores são os grupos Equatorial Energia e Enel. A companhia italiana, inclusive, possui a concessão da Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia), com forte potencial de sinergia com a Light. No mercado, também comenta-se sobre o interesse dos chineses.

Sobre o setor de transmissão de energia, mesmo saindo do último leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em dezembro, sem nenhum novo ativo, após ter disputado quatro lotes, a Energisa mantém planos de participar das próximas concorrências. Segundo Botelho, o resultado da licitação indicou retorno abaixo do esperado pela companhia. "Prudência e racionalidade são virtudes também."

Único grupo de distribuição com ativos em todas as regiões do Brasil, com faturamento anual da ordem de R\$ 12 bilhões, a Energisa prevê a continuidade da retomada do crescimento da economia do país e, conseqüentemente, do consumo de energia em 2018. De acordo com Botelho, a trajetória de crescimento de mercado das empresas do grupo vem sendo observada desde maio do ano passado.

"Espero que o cenário de recuperação continue em 2018. A indústria está reativando uma série de instalações que estavam paradas", disse ele. Entre os segmentos industriais, o executivo destacou a retomada do consumo do setor cimenteiro, que pode indicar uma recuperação na construção civil.

Após estagnação do consumo de energia em suas áreas de concessão em 2015, seguida por queda de 1,6% em 2016, a Energisa registrou, nos primeiros nove meses de 2017, crescimento de 3,6%, ante igual período do ano anterior. Na mesma comparação, afirmou, a média do país cresceu 0,8%.

O presidente da Energisa, porém, sinalizou que, por ser um ano eleitoral, o cenário político pode trazer incertezas em 2018. "E essa incerteza pode fazer com que haja uma nova volatilidade. Perspectivas futuras podem ser melhores ou piores, a depender da eleição."

Dona do papel com maior valorização em 2017 entre as companhias do setor elétrico - a "unit" da Energisa subiu 50,9%, contra 28,2% do Ibovespa e 10,2% do IEE, que mede o desempenho do setor -, a Energisa mantém o foco na recuperação das distribuidoras que adquiriu do antigo grupo Rede, em 2014. Segundo Botelho, a Energisa realizou praticamente todos os projetos planejados para as distribuidoras nos últimos quatro anos. "Mas ainda há muita coisa para fazer. Essas empresas ainda têm trajetórias de melhorias".

A Energisa, que tem entre seus acionistas um fundo de investimentos gerido pelo Gávea, possui 34,5% de papéis negociados em mercado, dos quais 34,9% nas mãos de investidores estrangeiros.

O executivo disse que as distribuidoras do grupo ainda tem potencial de crescimento de Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) acima do nível regulatório definido pela Aneel. E a valorização dos papéis da empresa, afirmou Botelho, reflete um entendimento do mercado de que a companhia "vem entregando de forma consistente os resultados".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Denham concentra foco no país no setor elétrico**

A gestora de private equity Denham Capital, voltada para investimentos em energia, mineração e óleo e gás, segue confiante com o setor elétrico no país, no qual já investe na empresa de energias renováveis Rio Energy. Em entrevista ao Valor, o líder da gestora para América Latina, Victor Munoz, disse que a companhia tem grande interesse em contratar projetos nos leilões previstos para este ano.

No setor elétrico, o interesse da gestora no país se deve, entre outros motivos, à estabilidade regulatória. "Vemos um país com instituições fortes e saudáveis. Viemos ao Brasil para ficar no longo prazo", afirmou.

Já no caso dos segmentos de mineração e óleo e gás, porém, a falta de previsibilidade e estabilidade nas regras ainda afasta a gestora de investimentos no Brasil. "Do ponto de vista de um investidor, a pior coisa que acontece é você ter regras, fazer as avaliações, investir, e depois tudo mudar", disse Munoz.

"A eleição presidencial é muito importante. Mais do que pensar em um candidato de esquerda, direita ou centro, espero que seja alguém sério, que entenda a importância de regras de longo prazo."

A Rio Energy tem 484,4 MW em projetos de energia eólica, além de outros 2,6 GW em carteira que poderão ser desenvolvidos. As incertezas políticas e o fato deste ano ser eleitoral não reduzem o interesse da gestora no setor elétrico brasileiro. "Claro, para alguns setores da economia, alguns resultados das eleições serão melhores que outros. Mas, a princípio, achamos que o país deveria ter uma estabilidade de longo prazo que não depende necessariamente disso", afirmou.

A investida no Brasil tinha projetos de geração eólica cadastrados para os leilões do fim de dezembro, mas não contratou nenhum. Agora, a Rio Energy estuda entrar no A-4 marcado para abril.

Os novos investimentos previstos pela Rio Energy devem utilizar recursos de um novo fundo global para alocação em energia que tem limite de levantar até US\$ 800 milhões, o International Power Fund. Os investimentos atuais da companhia utilizaram recursos do Fundo 6, que vai até 2022 e pode ser prorrogado.

"Tecnicamente, estamos criando a Rio Energy 2, mas vamos utilizar o mesmo time e o mesmo gestor. Há uma continuidade clara, vamos usar a expertise que a Rio Energy desenvolveu no Brasil até hoje", afirmou Munoz. A gestora avalia ainda criar uma nova plataforma para investir em energia solar no Brasil, mas não há nada concreto por enquanto.

O mesmo interesse não vale para óleo e gás e mineração, ao menos neste momento. A gestora tem um projeto de terras raras em Goiás, mas aguarda maior estabilidade regulatória para investir na produção. No setor de óleo e gás, havia grande interesse em investir há cerca de 10 anos, mas a falta de previsibilidade nos leilões afastou os investidores.

"Em mineração, a questão não envolve apenas a definição de royalties e impostos, mas tudo. Precisamos saber se as regras serão estáveis. Do ponto de vista de um investidor, a pior coisa que pode acontecer é você ter regras, fazer as avaliações, investir, e depois tudo mudar. E todo o projeto que você analisou muda", criticou Munoz.

A exigência de "regras claras" também se aplica ao setor de óleo e gás.

"Tivemos todo interesse em entrar no setor em 2007, quando chegamos ao Brasil", disse. A paralisação dos leilões a partir de 2008, porém, atrapalhou os planos da gestora. "Terminamos não investindo e as empresas independentes foram 'morrendo'", afirmou.

Sobre mudanças em mineração e em óleo e gás no país, Munoz disse que ainda é preciso avaliar o rumo que as coisas vão tomar. "Precisamos de regras claras. Se vai ter um sistema de leilões, como temos no setor elétrico. Se vamos ter um programa de longo prazo para desenvolver em óleo e gás. É um ponto importante para nós", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini

Título: Ale, BR, Ipiranga e Raízen são acusadas de cartel

(Atualizada às 9h03 de 5/1/2018) As quatro maiores distribuidoras de combustíveis do país podem receber uma multa milionária do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) após um parecer da Superintendência Geral (SG) da autoridade antitruste apontar que Ale, BR, Ipiranga e Raízen formaram um cartel em Belo Horizonte e municípios vizinhos entre 2007 e 2008.

O Valor apurou que a multa pode chegar perto do teto permitido pela legislação, de 20% do faturamento no ano anterior ao da abertura do processo nas regiões afetadas. Isso porque os fatos apurados são considerados graves por pessoas que tiveram acesso aos autos. O ano para efeito de cálculo será 2010 e a receita se refere às cidades incluídas no processo. O caso deve ir a julgamento ainda neste ano.

O processo foi sorteado para o conselheiro João Paulo de Resende, que costuma pedir valores maiores do que seus pares quando os casos investigados têm duração maior do que um ano. Resende tenta se aproximar do ganho que a empresa obteve com a prática anticoncorrencial. Para tanto, ele se baseia em uma alíquota de 10% sobre o faturamento das empresas no mercado afetado durante o período do ilícito. O percentual foi definido após uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema.

Caso Resende siga essa linha, a dosimetria que ele aplicará às empresas não deve ser seguida na integralidade pelos demais conselheiros do Cade, já que a sua tese é aceita apenas pela conselheira Cristiane Alkmin.

Os demais membros do plenário da autarquia já se posicionaram publicamente contra o método por julgá-lo frágil juridicamente. Eles preferem determinar o percentual incidente sobre o faturamento a depender da gravidade da conduta. Esse percentual pode ser reduzido a depender de atenuantes apurados ao longo do processo, entre outras razões.

O caso foi encaminhado da SG para o tribunal da autoridade antitruste na semana passada e o relatório do caso é sigiloso por conter a degravação de interceptações telefônicas sobre combinação de preços, entre outros.

O relatório aponta que houve fixação de preços de revenda de combustível, divisão do mercado entre os membros do cartel e tentativas de retaliação a postos não participantes do cartel. Além das distribuidoras, o cartel conta com 30 empresas locais e mais de dez pessoas físicas no polo passivo.

A lei não prevê um prazo para que o caso seja julgado no plenário da autoridade antitruste, mas o Valor apurou que ele deve ir ainda neste ano para julgamento.

O setor de distribuição e revenda de combustíveis tem história no Cade. De acordo com a assessoria de imprensa da autarquia, foram onze processos que terminaram em condenações desde 2011, totalizando R\$ 246 milhões em multas. Além disso, há outros cinco casos em tramitação no Cade envolvendo supostos cartéis no setor.

Um deles é o de cartel de postos no Distrito Federal. O caso se destaca porque a autoridade antitruste chegou a nomear um interventor para administrar parte

dos postos envolvidos no ilícito após desconfiar que o ilícito continuou mesmo após o início das investigações.

A AleSat disse que "condena a postura de formação de cartel no mercado e não pactua com a adoção de conduta comercial uniforme". A companhia disse que "aguarda ter acesso à nota técnica do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para avaliar os fatos e se posicionar a respeito oportunamente".

Já a Raízen afirmou "que atua e sempre atuou de acordo com os mais rigorosos princípios de conduta ética empresarial e de acordo com a Lei". Sobre o caso, ela apontou que "respeita a recomendação da autoridade, mas segue confiante na sua defesa e no reconhecimento pelo Tribunal do Cade da sua não participação ou envolvimento nas condutas investigadas". A Raízen foi criada em 2011 e é licenciada da marca Shell no Brasil.

A Ipiranga informou que tomou conhecimento sobre a recomendação da Superintendência Geral do Cade em relação ao processo do suposto cartel de postos em Belo Horizonte. "A empresa está tomando as devidas providências para a elaboração de sua defesa junto ao Conselho do CADE. A Ipiranga reforça que não compactua com atividades ilegais e que conflitariam com seu programa de compliance, e que preza pela transparência e ética em todas suas ações e relações", informou.

A BR não quis comentar.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Seção:	Empresas
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Curtas
----------------	---------------

Furnas vende energia

Furnas vai realizar em 12 de janeiro um leilão para venda de energia em contratos de longo prazo no mercado livre. Serão oferecidos três tipos de produtos: um com início de fornecimento em julho de 2018, outro com início janeiro de 2019 e o último em janeiro de 2020. Todos têm prazo de conclusão em fevereiro de 2035. Ganharão os leilões os concorrentes que oferecem o maior preço.

Minério sobe 2,1%

Os preços do minério de ferro continuam demonstrando resiliência em meio às expectativas de arrefecimento da demanda chinesa com avanço da oferta de

Brasil e Austrália. A commodity com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao subiu 2,1% ontem, para US\$ 76,54 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Bateria para veículo elétrico puxa preços do cobalto

Em um encontro de mineradores, em Londres, no ano passado, executivos de grandes companhias do setor foram reunidos para o registro fotográfico do evento. Para conseguir uma melhor imagem do grupo, o fotógrafo, antes do clique, falou em alto e bom som, para que todos ouvissem: "Cobalto". De forma instantânea, os sorrisos apareceram nos rostos dos executivos para compor a foto. A anedota, relatada por um dos participantes do encontro, é um exemplo de como o cobalto - metal que se tornou ingrediente-chave na produção de baterias de lítio usadas em carros elétricos - fez a alegria dos mineradores em 2017.

O cobalto refinado terminou o ano no maior nível de preços desde 2009, cotado a US\$ 81,5 mil por tonelada. Essa cotação se refere ao produto com 99,8% de teor de cobalto, tendo como referência o mercado dos Estados Unidos. Na média de 2016, o preço médio do produto foi de US\$ 26,6 mil por tonelada, de acordo com números da consultoria britânica CRU.

O cobalto faz parte de um grupo de metais, também integrado pelo níquel e pelo lítio, cujo uso é considerado promissor pela indústria automotiva de carros elétricos.

A Glencore é a maior mineradora de cobalto do mundo, seguida de ERG, Nornickel e China Molybdenum, além da brasileira Vale. A Vale produz cobalto como subproduto do níquel e sua produção, de cerca de 6 mil toneladas por ano, corresponde a 6% da oferta global, de quase 100 mi. A empresa vê o uso do níquel e cobalto em baterias como uma oportunidade, mas reconhece que o sucesso do negócio dependerá do desenvolvimento tecnológico no setor.

O aumento nos preços têm estimulando investimentos na mineração do metal por "juniors", de médio porte, que podem contribuir para a oferta do produto a partir de 2021. Mas as "juniors" vão responder por fatia pequena da produção global comprado com os projetos instalados, diz a CRU.

Apesar do aumento nos preços no ano passado, a CRU não espera problemas de suprimento do produto no mercado a médio prazo. Uma das razões que

sustentam a previsão é a entrada de novos projetos de produção de cobalto nos próximos anos. Além disso, na visão da CRU, aumentos adicionais nos preços poderiam estimular a substituição do metal por outros produtos nas tecnologias empregadas na produção de baterias.

Esse cenário faz com que a consultoria não espere que o aumento nos preços visto em 18 meses se mantenha a médio prazo, disse George Heppel, analista de mercado de cobalto do CRU Group, em Londres. Ele disse que os estoques globais do metal continuam elevados, e que existe "substancial" oferta nova de cobalto entrando no mercado a partir de 2019. Embora ainda seja possível ver alguma alta de preços em 2018, esse movimento não deverá ser significativo ante 2017.

Dados da CRU indicam que, desde 2015, a demanda vem crescendo a taxas de 6% ao ano, desempenho guiado pela maior procura da indústria de baterias pelo produto. A oferta do produto tem se mantido estável ao longo do período.

As estimativas da CRU indicam que a oferta global de cobalto foi de 97,8 mil toneladas em 2017. Desse total, 90% do cobalto foi extraído como subproduto do níquel e do cobre. Nos anos recentes, a produção de níquel e cobre foi reduzida, como resultado da queda nos preços, o que, indiretamente, contribuiu para a oferta do cobalto se manter estável.

De acordo com a CRU, existem preocupações no mercado sobre eventuais problemas de oferta de cobalto no futuro. Esse receio se relaciona com a expectativa de que o crescimento na indústria de baterias continue a acelerar, sobretudo em função da demanda do segmento de carros elétricos. Essa expectativa foi decisiva para o aumento recente nos preços.

Tradicionalmente, o cobalto é utilizado em aplicações metálicas como ligas aeroespaciais e na produção de aço. Mas se tornou também ingrediente fundamental nas baterias de "íon de lítio", que duram mais do que as tradicionais.

A CRU estima que a demanda por cobalto no setor de baterias cresça 15,7% ao ano até 2026, movimento conduzido sobretudo pelo segmento de veículos elétricos. Atualmente, a demanda para baterias representa cerca de 15% do total pelo metal. Mas a consultoria britânica estima que esse percentual poderá chegar a um terço da demanda total também em 2026.

O maior produtor de cobalto é a República Democrática do Congo, com 60% do volume extraído. Depois vêm a Rússia, com 5,4%), seguida pela Austrália, Cuba, Filipinas, Madagascar e Canadá.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Michelle Ferreira****Título: Mini também entra na onda dos eletrificados**

Até a Mini entrou na onda dos eletrificados e o primeiro modelo escolhido para se tornar plug-in foi o Countryman. O crossover tem um motor 1.5 biturbo a gasolina de 136 cv e 22,4 kgfm e outro elétrico de 88 cv e 16,8 kgfm de torque.

As diferenças visuais comparadas às versões "tradicionais" do carro são um logo com a letra "e" e o "s" amarelo na inscrição do modelo na traseira. Por dentro, o botão de partida é amarelo em vez de vermelho. O conta-giros do quadro de instrumentos colorido foi substituído por um medidor de nível de energia.

Construído sobre a mesma plataforma UKL2 do Mini Cooper e do BMW Série 2 Active Tourer, o crossover tem espaço para cinco ocupantes. A versão híbrida perde, porém, 45 litros de porta-malas. As rodas dianteiras são alimentadas pelo motor de combustão e as traseiras pelo elétrico, que fica embaixo do banco traseiro, o que faz com que o carro perca espaço para cargas. Pelo lado positivo, esse tipo de tração integral dispensa o cardã tradicional.

A versão híbrida também é cerca de 150 kg mais pesada do que o Countryman a combustão. Mais peso não significa, pelo menos no caso, menos diversão. Segundo a Mini, o crossover faz de zero a 100 km/h em 6,9 s, apenas 0,4 s a mais que o Countryman JCW, equipado com um 2.0 turbo de 231 cv. A bateria de íons-lítio que está posicionada na frente do motor elétrico tem autonomia de 42 km e pode ser carregada em 3h15 em uma tomada doméstica.

Na maioria dos casos, um híbrido roda mais no modo elétrico na cidade, mas essa é a condição do Mini a até 125 km/h, o que faz dele boa opção para viagens. O câmbio automático de seis velocidades dá conta do recado. Basta mudar para o modo Sport para que as trocas fiquem mais rápidas e a direção um pouco mais pesada. A suspensão firme ajuda na hora em que se quer mais esportividade. Pena que deve fazer o motorista sofrer nas ruas esburacadas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Usinas devem priorizar etanol na próxima safra**

Embora o tamanho da próxima safra de cana, a 2018/19, ainda esteja indefinido, uma vez que o desenvolvimento dos canaviais depende das chuvas

deste verão, um cenário é praticamente certo: as usinas devem priorizar a produção de etanol no ciclo que se inicia em abril, após duas temporadas fortemente açucareiras. O motivo é que o etanol está remunerando mais as empresas do que o açúcar.

Estimativas preliminares indicam que as usinas do Centro-Sul do país poderão elevar a produção do biocombustível em cerca de 2 bilhões de litros em relação à safra atual, a 2017/18, enxugando a oferta de açúcar em 3 milhões de toneladas. Esse é o quadro considerando os atuais níveis de preços dos dois produtos, diz Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Pesa para essa perspectiva o fato de as usinas da região terem fixado o preço de um volume relativamente baixo de açúcar da próxima safra até o momento junto às tradings. Além disso, o preço do etanol está remunerando mais as usinas. "Não há cenário de mudança de preço de açúcar e de câmbio para que o açúcar fique mais favorável", afirmou Padua.

Para Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo, diretor comercial do grupo Lincoln Junqueira, enquanto o petróleo estiver acima de US\$ 60 o barril, a perspectiva é que a safra seja mais alcooleira "e grande", já que a gasolina tende a ficar mais cara com os repasses diários da Petrobras.

A menor produção de açúcar pelas usinas deverá resultar em queda na exportação da commodity, que em 2017 gerou ao país uma receita cambial de US\$ 11,4 bilhões, com um volume de 28,7 milhões de toneladas. Já a oferta de açúcar ao mercado doméstico deverá ser mantida, segundo Padua.

Por sua vez, o aumento da fabricação de etanol deve atender a uma demanda por combustíveis que tende a crescer neste ano. A Unica trabalha com uma estimativa de alta de 3% a 4% no consumo de combustíveis do ciclo Otto (gasolina e etanol) sobre 2017, que até novembro totalizou 48,8 bilhões de litros equivalentes em gasolina - considerando dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A tendência mais alcooleira da safra 2018/19, que deve dar a tônica no primeiro terço do ciclo (até junho), a princípio independe da oferta de matéria-prima. Neste momento, as plantas estão em desenvolvimento e dependem de chuvas regulares até março.

Mesmo que a quantidade de cana-de-açúcar se mantenha estável, a concentração de sacarose (ATR) pode ser menor por causa das chuvas, na opinião de Figueiredo - diferentemente da safra passada, quando o ATR foi elevado devido à seca no inverno.

Até agora, as chuvas estão favorecendo boa parte dos canaviais. Na maior parte do Centro-Sul, o índice de umidade no solo está entre 90% e 100%, mesmo onde as chuvas de dezembro ficaram abaixo da média, de acordo com a Somar Meteorologia.

Contudo, há diferenças regionais. Segundo Padua, o clima tem sido "muito favorável" nas áreas produtoras de Mato Grosso do Sul e Paraná, mas ainda é cedo para descartar mudanças de produtividade. Em Maringá (PR), as chuvas de dezembro ficaram 22% abaixo da média, enquanto em Vicentina (MS), as precipitações superaram a média em 54%.

Já em Goiás, a produtividade deve ser afetada, com redução entre 3% e 5%, bem como nas lavouras paulistas do sul do rio Tietê, conforme o diretor da Unica. Em Quirinópolis (GO), por exemplo, as chuvas de dezembro ficaram 6% abaixo da média. Ao norte do Tietê, a princípio as condições estão iguais às da safra passada.

Padua disse, porém, que deve pesar negativamente sobre a produtividade geral do Centro-Sul o envelhecimento dos canaviais, que devem passar de uma idade média de 12,7 anos na safra 2017/18 para 14,2 anos no próximo ciclo.

Além disso, existe uma expectativa de aumento do plantio de cana entre dezembro e março, quando as variedades crescem por um ano e meio, ficando prontas para o primeiro corte apenas na safra seguinte. "Isso reduz a área de colheita desta safra", observa Padua.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon

Título: Parcelamento vale para todo setor de óleo e gás

Além da Petrobras, empresas do setor de óleo e gás podem se beneficiar da Lei nº 13.586, de 2017. A norma trata do parcelamento de débitos de Imposto de Renda (IRRF) relativos ao aluguel de embarcações.

"A lei não tem um endereço certo e vale para o setor como um todo", afirma o advogado Sandro Machado dos Reis, do Bichara Advogados. Segundo o advogado, todas as empresas que fazem afretamento discutem autuações com a Receita Federal. No setor de óleo e gás, porém, é mais comum. Por isso, além da Petrobras, há outras empresas do setor que discutem a tese no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), segundo o advogado Fabio Calcini, do Brasil Salomão & Matthes Advocacia.

Na estrutura padrão da exploração de petróleo no Brasil há a divisão das atividades em dois contratos: um de afretamento e outro relativo à contratação do serviço na plataforma. A legislação brasileira prevê alíquota zero do Imposto de Renda nos contratos de afretamento.

Já nos contratos de prestação de serviços - nas plataformas, por exemplo - há tributação e a obrigação de retenção do imposto pela contratante. No caso da Petrobras, a Receita Federal questiona a estrutura desses contratos, pois a maior parte dos valores gastos nas operações seria inserida no contrato de afretamento, no qual não há tributação.

A partir de 2014, a Lei nº 13.043, passou a estipular um percentual máximo para a alocação de receitas em cada contrato. Mas, antes disso, a Receita entendia que algumas formas de divisão eram inadequadas.

Empresas que prestam serviços relacionados à exploração, produção de petróleo ou gás natural que venham a afretar embarcações podem aderir ao parcelamento. É o caso, por exemplo, das empresas de prospecção de dados sísmicos, segundo o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.

Conforme Bichara, apesar de outras áreas realizarem afretamento, usam a modalidade por viagem e tempo, em que não há a execução simultânea de contratos. "Esses setores já estão isentos do IRRF no afretamento, nos termos da Lei nº 9.481, de 1997", afirma.

O advogado João Henrique Salgado Nobrega, tributarista do Stocche Forbes destaca que, mesmo que outros setores tenham a discussão, o texto da Lei 13.586 faz referência a outra norma do setor de óleo e gás, o que limitaria a participação de companhias de outras áreas no parcelamento.

"É uma situação específica mesmo", concorda Leonardo Azevedo Ventura, tributarista do TozziniFreire Advogados. O parcelamento só se aplica às empresas que tiveram autuações relacionadas ao IRRF apurado nas operações que tenham contrato de execução simultânea de afretamento e prestação de serviços. Há restrição temporal para débitos ocorridos até 2014, independente da data da autuação. Segundo ele, as empresas podem incluir débitos não constituídos - que não foram objeto de autuação e anteriores a 2014.

O potencial de ingresso de recursos para a União com o parcelamento é alto. A própria Petrobras informou ter R\$ 45 bilhões de débitos relativos ao afretamento de embarcações em discussão, registrado em suas demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2017. Do total, 45% (R\$ 20,25 bilhões) referem-se ao pagamento do IRRF, segundo comunicado da empresa ao mercado. Além

disso, nesta semana, a companhia foi autuada em R\$ 17 bilhões pela mesma razão - R\$ 7 bilhões são de IRRF.

Os advogados destacam que os valores dos contratos desse tipo são elevados. Além disso, normalmente a fiscalização aplica a chamada multa qualificada de 150% e os montantes ficam ainda maiores. O parcelamento afasta a multa de mora (de 20% sobre o valor da autuação) e de ofício (varia de 75% ou 150%).

Há ainda um "estímulo" extra à adesão ao parcelamento, segundo o advogado Salgado Nobrega. O artigo 3º da lei prevê que os limites para divisão entre contrato de afretamento e serviços se aplicam ao passado - fatos ocorridos até dezembro de 2014. Na época, não havia limite e a Receita poderia tentar usar o novo texto como argumento para manter as cobranças feitas no passado. (Colaborou Laura Ignácio)

MME / ASCOM .